

Não há como pagar, diz economista

Da sucursal do
Rio

O economista e professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, Antonio Carlos Porto Gonçalves, disse ontem que considera inescapável a moratória da dívida externa brasileira, já que o País não terá condições de pagar US\$ 11 bilhões de juros este ano.

Ele assinalou que o País tem de preocupar-se, agora, em estabelecer as condições para uma moratória sobre os juros, "pois a do principal já foi feita". Para Porto Gonçalves é preferível chamar essa moratória de "concordata com os credores".

A dificuldade que o economista da EPGE vê para a concordata com os credores está na escolha dos negociadores brasileiros. "No momento, o País está acéfalo", disse. "O ideal é que o presidente Figueiredo, líder da Nação, convoque alguns economis-

tas de peso e outras personalidades, inclusive da área do Direito Internacional, para montar uma solução." Segundo Porto Gonçalves, o conteúdo dessa concordata deverá ser o reconhecimento pelo Brasil de que não pode pagar mais os juros que deve e, sem posturas agressivas, procurar o diálogo direto com os banqueiros, colocando o Fundo Monetário Internacional em plano secundário. "Mas para isso é necessário haver comando. Quem não está disposto a comandar, a assumir suas responsabilidades, deve pedir demissão do cargo", afirmou.

Para ele, não se trata mais de discutir problemas de soberania nacional. "Não sei se o foro adequado para dirimir dúvidas e pendências sobre os acordos deve ser a Justiça do Estado de Nova York", disse. "Isso é matéria para quem entende de Direito internacional e temos grandes nomes no Brasil capazes de cuidar disso. O problema não é de soberania.

É o do desemprego no Brasil, é o do déficit público dos Estados Unidos pelo qual estamos sendo punidos pelo FMI, enquanto aumentam as taxas de juros graças a esse déficit."

FALTA DE CAIXA

Uriel Magalhães, também economista e professor da EPGE, disse ontem que o País pode chegar a uma situação de impasse e falta de caixa para o pagamento de juros a curto prazo antes mesmo da conclusão das negociações com o Fundo Monetário Internacional sobre a dívida externa. Para ele, esta situação pode surgir a qualquer momento e esbarrar na estratégia montada pelas autoridades econômicas brasileiras, de renegociar a dívida mantendo um fluxo mínimo de desembolso referente aos juros crescentes, além de buscar novos recursos necessários para o próximo ano e um reescalonamento mais amplo dos prazos médios de pagamento da dívida externa.